



# DEBATE SOBRE O POPULISMO: QUE APORTES TEÓRICOS?

*Paulo Anós Te<sup>1</sup>*  
*Beatriz Franco Pereira do Vale<sup>2</sup>*

---

## Resumo

O populismo enquanto fenômeno político tem sido cada vez mais debatido na Ciência Política. Isto se deve à uma proliferação de mobilizações ditas populistas em todo mundo. O conceito de populismo, porém, não é consensual. Quando surgiu, o que é e o que o caracteriza, são algumas das questões levantadas pelas literaturas sobre o assunto, que, por sua vez, divergem nas respostas encontradas. Todavia, é possível identificar o discurso populista como elemento convergente entre os desenvolvimentos teóricos. Dessa maneira, busca-se analisar e discutir os diferentes aportes teóricos sobre o populismo. Adoptamos uma pesquisa bibliográfica qualitativa e depois procedemos à análise do conteúdo, tirando as conclusões sobre o problema. A discussão possibilita apontar a presença de análises simplistas e reducionistas relativas às mobilizações populistas e a necessidade de melhoramento de métodos de análise sobre o tema.

## Palavras-chave

Populismo;  
Democracia liberal;  
Discurso;  
Povo.

---

## DEBATE ON POPULISM: WHAT THEORETICAL CONTRIBUTIONS?

## Abstract

*Populism as a political phenomenon has been increasingly discussed in political science. This is due to a proliferation of so-called populist mobilizations around the world. The concept of populism, however, is not consensual. When it appeared, what it is, and what characterizes it, are some of the questions raised by the literature on the subject, which, in turn, diverges in the answers found. However, it is possible to identify the populist discourse as a convergent element among the theoretical developments. Thus, we seek to analyze and discuss the different theoretical contributions on populism. We adopt qualitative bibliographic research and then proceed to content analysis, drawing conclusions about the problem. The discussion makes it possible to point out the presence of simplistic and reductionist analyses concerning populist mobilizations and the need for improvement of methods of analysis on the theme.*

## Keywords

*Populism;  
Liberal democracy;  
Discourse;  
People.*

---

<sup>1</sup>Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: pauloanoste0@gmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

## Introdução

Desde o seu surgimento no século XIX, o populismo tem sido considerado um assunto problemático e ambíguo nos debates políticos com várias interpretações e significados ao longo dos anos. Nas discussões sobre o tema, os teóricos sociais, cientistas políticos, filósofos e sociólogos não chegaram a um consenso, dada a complexidade e ambiguidade do termo.

Os movimentos populistas, que na última década se proliferaram nas democracias (liberais) ocidentais, são muitas vezes tratados como sintomas patológicos e riscos que requerem explicações sociológicas de modo a encontrar as panaceias para curá-los. O populismo é encarado como “perturbador” da ordem para alguns autores, por um lado, e, por outro, como uma brecha para o aprofundamento e aperfeiçoamento dos valores democráticos por outros autores. Os últimos congratulam com a visão de que as opiniões do povo, as suas insatisfações, queixas e as demandas são intencionalmente ignoradas pelos governos e, principalmente, pela elite, partidos políticos e pela Mídia (CANOVAN, 1999; MENDONÇA; MACHADO, 2021).

Os apologistas do populismo são a favor de referendos, contendo iniciativas populares, como aproximação à uma democracia direta. Isto posto, podemos dizer que “the reason is that the sources of populism lie not only in the social context that supplies the grievances of any particular movement, but are to be found in tensions at the heart of Democracy” (CANOVAN, 1999, p. 2). Ao invés de ser entendido como uma patologia que pode ser curada, o populismo é “a shadow cast by democracy itself” (CANOVAN, 1999, p. 2).

Os esforços feitos pelos teóricos para conceituar de forma contundente o populismo não se dão de maneira fácil. Incisa (1998, p. 981) afirma que as definições do populismo estão sujeitas a ambiguidade conceitual. Para o autor, “podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes”, ou “como resistência política contra regimes estabelecidos” (MENDONÇA, 2019, p. 186) e as instituições<sup>3</sup>. O populismo pode ser entendido como discurso político que constitui o povo *versus* a elite política (MENDONÇA, 2014).

No seu texto “*Populism, the People and the Heartland*”, Paul Taggart (2000) afirma que os populistas celebram “o povo”, especialmente enquanto os seus valores divergem com os das elites. Nesta sua abordagem, alguns estudiosos tomam o compromisso com “o povo” como a característica essencial e definidora do populismo o que lhe diferencia com os outros movimentos. Certamente, uma das características mais comuns do populismo é a afirmação de que ele é para o povo, sendo antielitista, *antiestablishment* e antipluralista (MÜLLER, 2016). Ademais, o

---

<sup>3</sup> Os democratas liberais partem do pressuposto - ou muito otimista ou muito cínico - de que as instituições são instâncias, ainda que políticas, fundadas numa neutralidade, transcendente: basta que elas sejam bem administradas para que reflitam a vontade do povo, ou seja, tornem-se democráticas (MENDONÇA, 2014, p. 55).

termo é usado para denominar os fenômenos políticos, históricos e sociais circunstanciais, não podendo ser analisado como um fenômeno estático.

Em sua Apresentação do Dossiê “O Populismo e a Construção Política do Povo”, Daniel de Mendonça e Igor Suzano Machado (2021) apontam que, hodiernamente, o populismo é um espectro que está presente em todos os continentes, como um fantasma que assombra o mundo e é um dos assuntos mais discutidos atualmente no campo das Ciências Sociais e, em particular, o da Ciência Política. Ainda segundo Mendonça e Machado (2021), para os correligionários da democracia liberal, o populismo é uma ameaça e patologia que deve ser banida da arena política, pois na visão dos liberais, o populismo divide a sociedade entre o povo “puro” e os seus inimigos, a elite “corrupta”. Estas posições têm suscitado debates no mundo e, em especial, no contexto brasileiro. Assim sendo, este trabalho procura trazer algumas contribuições teóricas sobre o populismo, trazendo as múltiplas discussões e visões conceituais.

### **Populismo: ambiguidades e paradoxos teóricos**

O populismo envolve uma polissemia, não existindo um consenso entre os teóricos que debruçam sobre este tema. Este fato torna a definição do “populismo” como algo vago e complexo, marcado pela ambiguidade ao longo da história. Em termos gerais, pode-se dizer que este termo se refere a um conjunto das práticas políticas adotadas que justificam o apelo do “povo” contra a “elite”. Para Mendonça e Machado (2021), devido às suas ambiguidades, o populismo tornou-se academicamente confuso e, paralelamente, passou a ser usado em muitos casos políticos para acusação e de desqualificação dos adversários políticos. Desta forma, o ressurgimento do populismo é entendido, entre os teóricos políticos do *mainstream* de 2016 em diante, como uma forma “displícite e ofensiva” na arena política.

Devido às ambiguidades e a falta de consenso entre os teóricos sobre o populismo, depara-se com alguns fenômenos políticos em diversos contextos políticos que outrora são enquadrados como populistas. É nesse sentido que se “faz necessário olhar para esses fenômenos de forma mais acurada sob o ponto de vista teórico” (MENDONÇA, 2019, p. 191), metodológica e analítico de forma eclética, abrangente e não pejorativa, considerando as experiências empíricas dos outros contextos. Isto é, deve-se evitar as generalizações de alguns exemplos que possam distorcer a compreensão do populismo como um fenômeno político.

Pode-se apontar, segundo Müller (2016), que há uma falta de critérios coerentes e um consenso para decidir peremptoriamente em que momento os atores se tornam populistas ou em que momento podemos falar do populismo, porém, seria necessário, segundo Ernesto Laclau (2013), a existência de demanda social ou quando existirem as circunstâncias especiais. O populismo atual é, para Mudde (2004), a rebelião da maioria silenciosa; não é a forma mais elevada da democracia e nem o seu inimigo, podendo ser concebido como um espelho em que a democracia pode examinar os seus traços mais desagradáveis, e descobrir do que se trata e o que lhe falta (ARDITI, 2005; PANIZZA, 2005).

Mesmo apresentando ambiguidades, o termo tem tido centralidade nos múltiplos trabalhos de cientistas políticas, sociais, especialistas e dentre outros, mas as tentativas de um consenso são problemáticas. Em *The Populist Zeitgeist*, Cas Mudde (2004) afirma haver duas interpretações negativas sobre o populismo. Na primeira, o populismo é associado ao discurso altamente emocional e simplista direcionados aos “sentimentos instintivos” do povo com as promessas de soluções simples para os problemas complexos; na segunda, ele é usado para descrever os políticos oportunistas e demagogos que visam agregar as pessoas e “comprar” o seu voto, em vez de procurar, racionalmente as melhores opções. Tanto a direita quanto a esquerda, no sentido de espectros políticos, atribuem uma carga negativa ao populismo. As duas correntes associam-no como aquele que “engana” o povo (MENDONÇA, 2019).

Nos discursos liberais, os prosélitos afirmam que os líderes populistas manipulam seus seguidores, cegando-os para seus verdadeiros interesses por uma mistura de propaganda e carisma. Em contraposição a esta visão, Panizza (2005) aduz que o populismo traz à arena política debates sobre as demandas dos que antes não tinham participação nas decisões políticas. Em alguns casos, as relações dos líderes podem assumir formas de relações de clientelismo e subordinação. Segundo o autor, as relações de clientelismo são contingentes ao populismo e de forma algumas características de todos os casos de “populismo”, pois a prática pode ser observada em outros regimes políticos.

Olhar o populismo exclusivamente a partir das perspectivas do clientelismo, é não olhar a essência dos movimentos populistas a partir de outros prismas analíticos e interpretativos mais abrangente, pois elas não vão ao cerne do que é geralmente considerado como o populismo na literatura acadêmica. Uma abordagem do populismo como anomalia, desvio ou manipulação representa um “reducionismo científico” (MENDONÇA; MACHADO, 2021; MUDDE, 2004), sendo necessário eliminar as análises sobre o populismo de qualquer atitude de condenação ética ou moral (LACLAU, 2013).

O populismo como uma categoria de análise política nos leva a confrontar alguns problemas na democracia representativa; problemas da falta de representação e da delegação dos poderes do povo a um grupo restrito, entre outros. Neste sentido, para Laclau (2013), o termo faz parte de um vasto campo analítico e interpretativo da construção política de um determinado povo e não como um subdesenvolvimento irracional ou anomalia da democracia representativa.

Nos debates sobre o populismo, existe uma pluralidade de definições entre as quais destacam-se:

1. O socialismo que (emerge) em países camponeses atrasados que enfrentam os problemas da modernização.
2. Basicamente, a ideologia de pequenos grupos rurais ameaçados pelo abuso do capital financeiro e industrial.
3. Basicamente [...] um movimento rural que procura garantir os valores tradicionais numa sociedade em mudança.

4. Crença segundo a qual a opinião majoritária das pessoas é controlada por uma minoria elitista.
5. Qualquer credo ou movimento baseado na seguinte premissa principal: a virtude se encontra nas pessoas simples, que constituem a esmagadora maioria, e em suas tradições coletivas.
6. O populismo proclama que a vontade do povo enquanto o tal em supremacia sobre qualquer outro critério.
7. Um movimento populista que goza do apoio da classe trabalhadora urbana e/ou do campesinato, mas que não resulta do poder organizativo autónomo de nenhum desses dois setores (CANOVAN s/a *apud* LACLAU, 2013, p. 36).

O populismo é um movimento encontrado entre aqueles que têm a consciência de pertencer à periferia pobre de um sistema industrial que os explora, podendo reagir contra à industrialização (KENNETH, s/a *apud* LACLAU, 2013). Ele é do povo e não do sistema (TAGGART, 2000), ou, conforme Mudde (2004, p. 543), é uma “ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, ‘the pure people’ versus ‘the corrupt elite’, and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people”. Sendo assim, possui dois oponentes: o elitismo e o pluralismo, pois envolve um conjunto de revoltas e críticas contra as estruturas do poder. Essas lutas são exercidas em nome do povo.

Nas estruturas democráticas, as revoltas conduzidas pelos movimentos populistas muitas vezes são encaradas como um ataque contra os partidos políticos e contra as estruturas dominantes (CANOVAN, 1999). Os populistas afirmam falar em nome do povo e usar a sua “língua”, ser a voz daqueles que não a têm e a agência que convoca a sua presença para o palco político. Para Arditi (2005), isto é muitas vezes mais a expressão de um desejo do que de uma realidade. Esta postura representa uma crítica do ponto de vista discursivo e como qualquer outro discurso, pode não corresponder com a “verdadeira” demanda do povo.

As ambiguidades apresentadas condicionam um problema central; um problema que consiste em trazer de forma clara os elementos que permitem juntar as diversas manifestações sob um olhar concludente e nomeá-las como um movimento populista. Atribuir o populismo como exclusivamente ligado à classe é uma noção embasada sobre o fenômeno.

A crítica às estruturas dominantes é uma condição necessária, mas não suficiente para afirmar que uma pessoa ou um movimento é populista. Para serem considerados populistas, deve-se identificar nesses pelo menos três critérios que confluem: ser crítico, antielitista e antipluralista (MÜLLER, 2016), para mais, ser antissistêmico ou anti-institucional (MENDONÇA, 2019). O populismo desafia não apenas os detentores de poder estabelecidos, mas também os valores de elite dominante, aos formadores de opinião na academia e na mídia, em geral (CANOVAN, 1999).

O populismo também não é um movimento estático e unívoco, pois pode conglomerar demandas diferenciadas, dependendo do contexto social, econômico e

político e da estrutura a qual se está mobilizando. Na base disso, Canovan (1999) ilustra que os populistas de um país podem abraçar um comentário hegemônico contra a alta tributação para financiar um generoso estado de bem-estar social e a favor de uma agenda de liberalismo econômico, dependendo das necessidades estabelecidas; outros, por sua vez, podem reagir contra uma hegemonia do livre mercado, exigindo protecionismo e mais provisões estatais. Portanto, o conteúdo específico de um determinado apelo populista varia conforme as diferentes formas ou demandas em que esta relação antagônica é definida (PANIZZA, 2005).

Em seu texto “O populismo na visão inovadora de Laclau”, Alice Casimiro Lopes e Daniel de Mendonça (2013) afirmam que o populismo é uma lógica própria de construção política e não como um tipo de ideologia, de anomalia, da emoção ou de subdesenvolvimento irracional da democracia representativa (LACLAU, 2013). Na mesma linha de arguição, Rancière (2014) aponta o uso do termo populismo para classificar todos aqueles fenômenos que contrariem a ordem dominante. Estes podem vir a ser uma afirmação democrática ou devaneios de fanatismos, mas acabam sendo desacreditados ao serem taxados de populistas. Segundo o autor, “[e]sse nome mascara e, ao mesmo tempo, revela a grande aspiração da oligarquia: governar sem povo [...]; governar sem política” (RANCIÈRE, 2014, p. 102).

Essa oligarquia acima referida não se origina na contemporaneidade, mas se modela conforme o espírito da época. Segundo Chantal Mouffe (2018), as desigualdades sociais exacerbadas pelo neoliberalismo desde a década de 1980 fortalecem as elites econômicas à medida que relegam as demais classes. Com a crise de 2008, segundo a autora, abriu-se espaço àqueles que, de alguma forma, se sentiam preteridos pelo sistema; criaram-se possibilidades de movimentos contra hegemônicos.

Algumas situações favorecem o surgimento do(s) movimento(s) populista(s) no cenário político. Dentre as situações, destacam-se: a quebra da ordem social e a perda da confiança na capacidade do sistema político, a exemplo de crises econômicas que podem provocar deslocamento sociais profundos, pois perturba as inúmeras relações coletivas e individuais que dependem do sistema monetário; o descrédito dos partidos políticos, a corrupção, a má prática ou controle da vida pública por uma elite política; e as mudanças na economia, na cultura e na sociedade, no equilíbrio demográfico entre as classes sociais, grupos regionais e étnicos, e a própria globalização (PANIZZA, 2005).

Para Mouffe (2018), essas manifestações são expressões do “momento populista” que estaríamos vivenciando. As turbulências e mobilidades sociais podem alterar as identidades pré-existentes e abrir novas formas de identificação e o surgimento de formas de representação política fora das instituições políticas tradicionais. Além disso, através do advento da rádio, foi propiciado uma nova forma de comunicação, possibilitando acesso a grandes massas em locais distantes e o acesso às informações de forma mais rápida, oportunizando novas formas de fazer política pelos líderes políticos, em geral (PANIZZA, 2005).

Portanto, mesmo com as contradições existentes entre os autores podemos perceber que o populismo se refere a um conjunto de práticas políticas que apelam

ao povo, contrapondo a elite. É importante situar que não existe um consenso entre os autores. O populismo pode ser entendido como patológico, de um lado, e como um elemento corretivo da falta da representativa do povo, de outro. Desse modo, o termo é usado de forma diversificada em diferentes contextos e lugares. Porém, o discurso parece ser um ponto de convergência - o povo e a elite - entre as diferentes perspectivas apresentadas acerca do populismo.

### **O discurso na visão populismo e a construção da categoria “povo”**

A presente seção objetiva trazer alguns aportes, olhar teórico e interpretativo para a compreensão da teoria do discurso e, particularmente, as práticas discursivas populistas. A partir disso, procura-se através dos teóricos apresentar as diferentes perspectivas sobre a teoria discursiva. Em vez de ver o populismo como patológico, anormal, procuramos a partir deste trabalho estudá-lo como uma construção de categorias sociopolíticas de um povo sub-representado no sistema democrático atual. As práticas discursivas exercem um papel fundamental na política e nas relações sociais e políticas estabelecidas.

A discussão acerca do populismo se dá de forma ampla através de diferentes campos, paradigmas e abordagens, excedendo a definição cartesiana de estilo (ARDITI, 2005), fato que confere o estudo sobre o populismo como polissêmico e ambíguo. Essa ambiguidade, em diferentes gradações, seria inerente ao vocabulário político moderno (OAKESHOTT, 1996; ARDITI, 2005). Dentre as diferenças, porém, pode-se apontar pontos de convergências. Uma destas é a presença do discurso como um dos elementos centrais na construção do fenômeno populista. Todavia, a presença do discurso num contexto político precede a modernidade.

Para Ernesto Laclau no seu texto “What’s in a Name?” (2005, p. 43), “we only have populism if there is a series of politico-discursive practices constructing a popular subject, and the precondition of the emergence of such a subject is, as we have seen, the building up of an internal frontier dividing the social space into two camps”. Neste sentido, a teoria do discurso é um instrumento importante para a compreensão da realidade social e das relações sociais a partir da construção das ordens discursivas. O poder e o discurso são as gêneses das articulações que após as várias movimentações podem se desdobrar em outras concepções imprescindíveis concernentes à teoria, por exemplo, antagonismo, hegemonia, significantes vazios e flutuantes, articulação, populismo, demandas, dentre outras noções (MENDONÇA, 2009).

Com o processo de desenvolvimento da democracia na Grécia Antiga, conceitos antes considerados pertencentes à aristocracia na época foram incorporados pelo *demos*, como *isonomia* e *isegoria*. Estes dois conceitos viriam a ter outras roupagens no prelúdio do desenvolvimento da democracia (RAAFLAUB, 1983). O primeiro diz respeito à participação política igualitária e o segundo à igualdade de fala. Assim, a igualdade como conceito era disputada pelos diferentes grupos políticos e a sua incorporação na democracia deu-se pelo princípio do primeiro, isto é, igualdade de participação política para todos aqueles considerados cidadãos na época. Outra disputa se dava sobre o conceito de liberdade: a única

coisa, qualidade, na qual aqueles que não tinham nada poderiam reivindicar, conforme Rancière (1996). Observa-se então a existência de disputas sobre conceitos que viriam a ser utilizados em discursos e *slogans* políticos na época pelos grupos que possuíam interesses conflitantes: aristocratas, democratas e, também, oligarcas.

Conforme Raaflaub (1983), alguns conceitos populares e atrativos poderiam ser interpretados radicalmente de modo diferente por cada lado político, ao exemplo de “povo”, na época *demos*. A discussão acerca deste termo ainda continua, de forma ambígua, presente. Para Paul Taggart (2000), “o povo” é um dispositivo maleável, flexível, essencial ao populismo. Esse conceito possui significado, mas elástico o suficiente para ser utilizado por diferentes movimentos populistas e, dada sua amplitude característica, ele acaba sendo esvaziado. Ademais, “o povo” é retratado como uma massa homogênea, una. Ele, então, introduz o conceito de *heartland*, um lugar imaginário e onipresente na mente dos populistas onde a população virtuosa e uniforme, isto é, “o povo” residiria (TAGGART, 2000).

Essa interpretação flexível e homogênea é também compartilhada por Margaret Canovan (1999), cuja ambiguidade do “povo” possibilitaria aos populistas o explorarem retoricamente de várias maneiras. Para ela, os populistas o associam principalmente a pessoas comuns, ordinárias, uma massa pobre e desprezada (CANOVAN, 1999; 2005). Cas Mudde (2004) corrobora com a noção de *heartland* apresentada por Taggart, apesar da persistente vagueza na conceituação do objeto em questão, e caracteriza “o povo” como algo místico, uma comunidade imaginada de um subconjunto da população.

Mouffe (2018, s/p) rejeita uma abordagem essencialista da construção da categoria do povo ao afirmar que “the ‘people’ is not an empirical referent but a discursive political construction”. Assim, conforme a autora, “o povo” transcende classes sociológicas e sua concepção se daria no plano ontológico. Segundo Jacques Rancière (1996), considerar-se-ia “o povo” como um nome vazio, subjetivo. A subjetividade, sintetizada ao adjetivo popular, na forma sintagmática, é condicionante à articulação política de identidades sociais que se denomina populismo (LACLAU, 2005). Assim, ressalta-se o papel das diferentes abordagens utilizadas pelos autores nos diferentes entendimentos sobre “o povo”, conceito central às mobilizações populistas. Todavia, as disputas em torno de outros termos e palavras que são utilizadas na esfera política também se fazem presente.

O populismo invoca e mobiliza, social e politicamente, em nome do povo considerado explorado pela elite “corrupta” (MUDDE, 2007). Nesta perspectiva, uma normalidade do povo em contraposição à desconfiança relativa às instituições e aos partidos políticos são cristalizadas nas mobilizações populistas e em suas reivindicações. Aos problemas complexos do “povo”, os populistas apresentariam propostas simplistas como soluções, ou seja, “populism attempts to advocate common-sense solutions in ways that are commonly understood” (TAGGART, 2000, p. 97). Partindo disso, contrapomos os argumentos nos quais o populismo é apresentado como uma simplificação discursiva de problemas complexos e que tenta advogar a resolução destes através de uma perspectiva do senso comum, aliás, quais



os critérios objetivos utilizados para inferir que o populismo apresenta uma simplificação discursiva para os problemas complexos? Benjamín Arditi (2005) aponta que esse estilo simples e direito ao tratar de assuntos de maior complexidade não se limitaria ao populismo, mas seria uma característica contemporânea da política.

Ernesto Laclau, em seu trabalho “A razão populista” (2013), busca apreender a relação entre palavras e o que estas representam no imaginário das pessoas. O autor baseia-se no trabalho de Le Bon ao traçar inicialmente a relação entre significantes e significados, isto é, a relação entre palavras e imagens, estas últimas evocadas quando as primeiras, que podem condensar variados significados, são enunciadas. Essa relação arbitrária e subjetiva, por sua vez, variaria conforme o espírito da época e o lugar na qual determinadas palavras são proferidas. As imagens evocadas por estas seriam basilares na formação de multidões. Assim, aquelas que possuíssem maior cunho emocional seriam primordiais nessa formação, pois as “ideias, os sentimentos, as emoções possuem, nas multidões, um poder contagioso tão intenso quando o dos micróbios” (LE BON, 1995, p. 148 *apud* LACLAU, 2013, p. 61).

Canovan (1999) salienta esse apelo emocional ao povo no populismo. Para a autora, a política promovida por populistas está ligada ao estado de espírito das pessoas, eleva as emoções e é alimentada por entusiasmo. Jan-Werner Muller (2017) também associa o populismo a este estado de espírito, humor, e emoções, como ressentimento e frustração. Segundo Taggart (2000, p. 95), “heartlands owe their power to the heart, to the evocation of sentiments that may not be necessarily either rationalized or rationalizable”. Dessa forma, observa-se um consenso entre os autores citados sobre o papel das emoções nos discursos populistas, independente das adjetivações que esses empregam sobre os últimos, isto é, se interpretam esse fator emocional pejorativamente ou não. Dada a possibilidade de apelos emocionais em discursos políticos transcenderem o populismo e estarem presentes de forma generalizada nos sistemas democráticos contemporâneos, uma diferença nos fenômenos populistas seria a intensidade na qual esses apelos se dariam, conforme Arditi (2005). Essa introdução do fator intensidade, por sua vez, traria o problema de incomensurabilidade à questão.

Chantal Mouffe (2018) e Panizza (2005) afirmam ser fundamental o papel desempenhado pela afetividade ou gesto na política e, inserida em práticas discursivas, essa dimensão afetiva estaria sempre vinculada à construção de identidades políticas. Para os autores, estas práticas discursivas/afetivas possuem naturezas diversas, podendo constituir diferentes formas de subjetividade. A partir do âmbito discursivo, sendo essencialmente instável, também se daria a reconfiguração de sentidos comuns, a constituição dos indivíduos em agentes sociais e a construção de uma fronteira política que é decisiva ao fenômeno populista (MOUFFE, 2018; LACLAU, 2005).

Esta fronteira social interna, para Laclau (2005), realiza-se através de uma construção discursiva dicotômica, antagonista, e seria condição para construção da

subjetividade popular que, a partir de cadeias de equivalências<sup>4</sup>, constituiria a estrutura definidora do populismo. A construção dessa subjetividade popular, conforme o autor, só seria possível, baseando-se na produção discursiva de significantes, tendencialmente vazios e não fundacionais. Esta concepção discursiva, que não está sedimentada em bases sólidas, concretas, abre espaço para um contexto discursivo caótico, no qual os conceitos e as construções políticas têm os seus respectivos significados disputados pelos diferentes grupos ideológicos, fato que o autor chama de “significantes flutuantes”. Para o autor, os significantes vazios dependem de uma fronteira interna de pleno direito resultante de uma cadeia equivalente, enquanto os significados flutuantes são expressão da ambiguidade inerente a todas as fronteiras e da impossibilidade de estes adquirirem qualquer estabilidade final. Apesar de tais diferenças, na prática os significantes vazios e flutuantes se sobrepõem amplamente.

Em uma metáfora, significantes são partículas de algum vírus em uma pandemia. Quanto mais pesada a partícula, menor a propagação da doença em questão por esta devido à gravidade. Devido ao seu peso, seria mais fácil desta cair por terra, inibindo seu potencial contaminador entre as pessoas. As partículas mais leves e vazias flutuam mais, sendo mais facilmente disseminadas e, apesar de suas levezas, elas ainda são constituídas do vírus. Assim, a contaminação da população da doença em questão se dá, na maioria das vezes, pelas partículas mais leves que conseguem flutuar. Uma ideia então, ou algum conceito, são mais facilmente disseminadas caso sejam mais vagos, vazios, e se tornam objetos presentes nas discussões e debates políticos, flutuando entre os grupos que, muitas vezes, são oposições, mas que usam os mesmos conceitos, apropriando-se destes conforme as respectivas necessidades. Quando é assim, para Daniel de Mendonça (2007, p. 255),

[...] a noção de significante vazio consiste na confluência de múltiplos significados em um discurso, a ponto de tal discurso perder seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas. Um significante vazio é, ainda, um discurso capaz de impor-se num contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica.

Na teorização do papel dos significantes vazios, percebe-se que a sua possibilidade depende da presença de uma cadeia de equivalências que incorpora o processo da identificação, mas não se confunde com ela. Este processo envolve uma fronteira interna, pois a dinâmica política do populismo depende em grande parte da reprodução constante destas fronteiras. Elas podem ser subvertidas, quando são usadas não para eliminar as fronteiras, mas em mudar o seu signo político (LACLAU, 2013).

O significante vazio pode apresentar certos limites, pois uma cadeia de equivalências pode, no prelúdio, evoluir-se agudamente e, não obstante, visto que um conjunto de relações centrais está estabelecido, esta expansão pode ser

---

<sup>4</sup> As cadeias equivalências estendem uma larga variedade de demandas concretas, então a base das equivalências não pode ser encontrada na especificidade de qualquer uma dessas demandas, pois está claro que o resultado do desejo coletivo encontrará seu ponto ancorador no nível do imaginário social e o centro do imaginário social é o que nós chamamos significantes vazios (LACLAU; BUTLER; ZIZEK, 2000 apud MENDONÇA, 2009, p. 166).

limitada através de várias outras consequências. Certas relações novas seriam simplesmente incompatíveis com as particularidades integrantes da cadeia (LACLAU, 2002 apud MENDONÇA, 2009), podendo gerar conflitos de demandas e, conseqüentemente, a não resolução de forma peremptória. Além disso, Mendonça (2009) afirma que pode-se somar a isto as duas consequências: a primeira tem a ver com a função dos significantes vazios - que renunciam às suas identidades diferenciais para formar novas identidades “coletivas” que antes não estavam articuladas entre si; outra consequência diz respeito à conclusão lógica de que quanto maior for estendida a cadeia de equivalência de significante vazio, menor será a capacidade ou possibilidade de uma luta continuar fechada na sua demanda particular.

Ainda segundo Daniel de Mendonça (2007), a composição de uma hegemonia passa por um discurso universalizante, que universalize múltiplas demandas particulares, a ponto de ser impossível distinguir seu significado inicial. Exemplo disso, o autor cita a democracia como “um significante vazio por excelência” (MENDONÇA, 2007, p. 255). Assim, a presença do discurso é inerente à existência da política, visto que esta predispõe disputas, confrontos, entre as diversas partes da sociedade, e que passam por uma construção discursiva.

Segundo Rancière (1996, p. 46), “ela [a política] age em lugares e com palavras que lhes são comuns, se for preciso, reconfigurando esses lugares e mudando o estatuto dessas palavras”. Para Mouffe (2018), tudo se articula no plano discursivo e afetivo, que envolveria palavras, afetos e ações, e é por meio destas práticas que o agente social adquiriria formas de subjetividade. Neste sentido, torna-se importante trazer o conceito do discurso na visão de alguns autores. O discurso enquanto um termo tem muitos significados pode ser compreendido como um conjunto de ideias, arguições através das quais tentamos influenciar ou persuadir o leitor. Nesta linha, ele não pode ser entendido como um simples ato de falar e/ou escrever.

Para Mendonça (2009, p. 155), o discurso deve ser entendido como “uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática - daí a ideia de prática discursiva - uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas”.

Igualmente neste sentido, o discurso é, do ponto de vista analítico e interpretativo, uma categoria importante na teoria do discurso e na compreensão do(s) discurso(s). No entanto, a compreensão da realidade e das práticas discursivas depende da compreensão prévia da noção de prática articulatória. Além disso, a compreensão dos arcaibouços culturais pode ser fundamental para a compreensão do discurso. Desta forma, a articulação<sup>5</sup> é uma prática estabelecida entre elementos

---

<sup>5</sup> Articulação refere-se à prática de reunir elementos discursivos pré-existentes de uma determinada forma numa tentativa (hegemônica) de construir um arranjo de significado mais ou menos novo sobre uma determinada realidade. Isto se refere à ligação (articulação) de diferentes grupos sociais, identidades e demandas em um projeto político (hegemônico) para que o espaço sócio-político seja simplificado e representado como consistindo de dois blocos opostos

que, a partir de uma perspectiva teórica ou analítica, articula-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida (LACLAU; MOUFFE, 1985 apud MENDONÇA, 2009).

Se apetermos compreender como um discurso produz sentido, precisamos olhar não apenas para os elementos usados ou as combinações das palavras feitas e como são feitos os encadeamentos discursivos, mas também como estes elementos são combinados uns com os outros, visando ilustrar de forma inteligível a realidade. A teoria do discurso se concentra na arquitetura política, analisando como os significantes estão relacionados uns com os outros para produzir estruturas particulares de significado que possam produzir os efeitos no ouvinte ou leitor (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, 2017). Isto demonstra que o discurso não é uma simples adição de palavras, mas como uma soma de articulação concretas que coalescem palavras e as ações concretas, visando produzir sentidos no espaço social e política (MENDONÇA, 2009). A não resolução das demandas da população pode condicionar a uma cadeia de equivalência, podendo dar sentido a um fenômeno social. Nesta linha,

uma série de elementos que não estavam articulados entre si passam a ser momentos de uma cadeia de equivalência, pois um mesmo discurso antagônico gerou o duplo e necessário efeito da condensação e deslocamento discursivo, formando uma totalidade discursiva e, portanto, significativa. Numa palavra: o social é um social ontologicamente conflitivo (MENDONÇA, 2009, p.168).

Discurso, para Laclau (2000 apud Mendonça, 2007, p. 250), seria aquilo que articula “todo o tipo de ligação entre palavras e ações”. Discursos seriam resultados de processos de articulação, conforme De Cleen e Stavarakakis (2017). Assim, segundo Rancière (1996, p. 66), “[...] é realmente enquanto seres falantes dotados de razão que os operários fazem greve [...]”. Na política, portanto, esses seres falantes dotados de razão seriam sujeitos políticos contingentes que realizariam demonstrações de seus argumentos (RANCIÈRE, 1996), isto é, a ação relativa aos seus discursos que, por sua vez, seriam produtos da articulação entre elementos já existentes.

Assim, a prática discursiva tem papel central na construção de fenômenos populistas. A mobilização das pessoas e suas constituições como agentes sociais, políticos; a concepção de um antagonismo, isto é, contra quem estes estão se mobilizando; a idealização de um “povo” através de uma convergência relativa a quem estão se opondo, isto é, a idealização de uma fronteira social interna, dicotômica; e, por fim, a hegemonização, que se oportuniza em momentos específicos, que vai se constituindo a partir de diversas demandas e se fortalecendo em cada um destes processos, que se retroalimentam, são estágios do projeto arquitetônico no qual é concebida a construção do populismo e da categoria do povo (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, 2017) e que passa sempre por uma construção discursiva.

---

(opostos um ao outro ao longo de uma ou várias das dimensões espaciais mencionadas anteriormente). (LACLAU; MOUFFE [1985] 2001, 105 apud DE CLEEN; STAVRAKAKIS, 2017, p.306).

## Populismo e a liderança carismática: que aportes teóricos?

Alguns estudos apontam que o líder populista é um elemento essencial para a sobrevivência do populismo. Cas Mudde (2004) aponta que o populismo não pode persistir com o tempo, pois o líder, mais cedo ou mais tarde, morrerá e um processo de conflito para a sua substituição é inevitável. Nesta linha, Willner (1984 apud TAGGART, 2000) afirma que os seguidores dos líderes carismáticos respondem ao seu líder com devoção, respeito, reverência e fé cega, sem, no entanto, fazer algumas críticas às posições e as decisões do líder, em suma, com emoções próximas ao culto religioso, tendo algumas semelhanças a liderança carismática. Aos próprios líderes seriam atribuídos poderes que são quase sobre-humanos e que contrastam com a vulgaridade dos seus seguidores, isto é, o povo que eles dizem representar.

Panizza (2005) obsta as afirmações acima referenciadas e afirma que o populismo não depende necessariamente da existência do líder, pois alguns partidos populistas sobrevivem à morte de seu líder e são resilientes nas novas circunstâncias. Alguns líderes morrem, mas os partidos continuam sobrevivendo. O mito da personalidade do líder pode desempenhar um papel muito importante (CANOVAN, 1999). Assim sendo, o populismo está aqui para ficar e é uma sombra da democracia (ARDITI, 2005).

Outrossim, o gesto também desempenha um papel importante, pois se torna um marco de igualdade política e de reconhecimento pessoal. O líder traz a dignidade e o reconhecimento para os seus seguidores. Embora os elementos materiais sejam importantes, estes não podem ser dissociados dos simbólicos. Os líderes populistas transformam o que a cultura dominante considera sinais de inferioridade em símbolos da dignidade do povo, transformando o preconceito irracional do povo como parte da agenda política (PANIZZA, 2005). O líder tem uma dimensão simbólica com uma suposta encarnação da vontade popular ou como um curador do povo da falta de representação. O seu papel é simplificar as questões e desambiguar a identidade do campo populista, lutando para uma maior representação (ARDITI, 2005).

Todavia, o populismo não está necessariamente ligado à uma relação de liderança carismática, porque alguns partidos populistas sobreviveram após a morte do seu líder carismático. Neste sentido, o populismo representa uma construção política contra o seu inimigo, “a elite”, conforme Mendonça e Machado (2021). Ainda segundo os autores:

[..] populistas são políticos *antiestablishment* – figuras que, afirmando representar a “voz do povo”, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo”. Esse discurso deve ser levado a sério (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.28).

Dentre as interpretações relativas ao populismo nas sociedades democráticas, há uma (grande) concordância entre os teóricos sobre quais fenômenos políticos podem ser enquadrados nesta categoria, mas menos clareza sobre as ações que uma pessoa e/ou movimento como populista. Nestas sociedades, o populismo é visto como um apelo ao “povo” contra as estruturas estabelecidas, isto é, contra as cosmologias elitistas dominantes da sociedade. Esta característica estrutural “o povo” é um elemento crucial para o movimento poder desenhar as suas bases para reivindicar o poder “do povo e para povo”, segundo Canovan (1999), ou diz algo sobre a relação entre “a elite” e “o povo”, conforme Mudde (2004). Panizza (2005) dá maior abrangência ao grupo antagonista, chamando-o de “os outros”, não limitando à elite. Muitas mobilizações populistas evocam manifestações contra imigrantes e refugiados, por exemplo, cuja caracterização como elite dificilmente seria considerada.

Os argumentos apresentados pela autora e outros teóricos precisam ser analisados sob diferentes perspectivas analíticas e interpretativas para não limitarmos a olhar o populismo através de uma análise simplista, redutora e preconceituosa. Para tal, não se deve atribuir um adjetivo ao(s) movimento(s) populista(s). As classificações adjetivas podem desviar as nossas intenções e o foco das nossas análises, da compreensão das ações políticas e das pautas dos movimentos populistas. Partindo desta visão, deve-se procurar, primeiramente compreender o que tornou possível a ascensão do(s) movimento(s) populista(s), atualmente, em vez de apontarmos alguns adjetivos como, por exemplo, uma patologia no contexto democrático. Nesta linha, Mendonça (2019) salienta que a adjetivação negativa ou positiva do populismo depende do compromisso ético de quem o observa.

A interpretação liberal encara o populismo a partir dos paradoxos entre os populistas e o *establishment* político. Nestas interpretações liberais, os populistas negam a legitimidade das instituições liberal-democráticas, negando igualmente a democracia liberal como uma verdadeira democracia. Como alternativa política, os populistas prometem devolver o poder diretamente ao povo, pois o poder é do povo e para o povo, aduzem Mendonça e Machado (2021). Ainda segundo os autores, os liberais afirmam que líderes populistas são sempre autoritários. No imaginário liberal, o populismo é associado ao autoritarismo. Assim, ao igualar o populismo ao autoritarismo encerra-se a possibilidade de reflexões sobre o primeiro, ou seja, “a conclusão ética da análise liberal é a condenação do populismo, relegando-o à condição de inimigo da democracia” (MENDONÇA; MACHADO, 2021, p.14).

O populismo pode expor os pontos cegos da democracia liberal, mas sua relação com a democracia em si também é problemática. Todas as discussões levantadas pelos autores não liberais demonstram que isto não significa que o populismo seja necessariamente uma forma de totalitarismo, inimigo ou ameaça à democracia. Neste sentido, podemos dizer que o populismo, à semelhança de outros movimentos radicais, pode ser democrático ou não, dependendo das circunstâncias e de *modus operandi* do sistema. Nesta linha,

[t]here is always a tension in our conception of a just society between the rights of minorities and the rights of the majority. Insofar as populism plumps for the rights of majorities to make sure – by “intervening” – that they are not ignored (as they commonly are) populism is profoundly compatible with democracy (WORSLEY, 1969 apud PANIZZA, 2005, p. 30).

Neste sentido, o “populism plays the role of the awkward guest; it is a paradoxical element that functions both as an internal moment of liberal democracy and as that which can disrupt the gentrified domain in which politics is enacted” (ARDITI, 2005, p. 91). Para mais, o fenômeno exerce as pressões sobre os pressupostos da democracia representativa. O populismo também pode ser um “companheiro” na materialização das reformas necessárias e demonstrar a falta de representação democrática.

Mudde (2004) afirma que o populismo é a força democratizadora, pois defende o princípio da soberania popular, objetivando empoderar os grupos que não se sentem representados pelo *establishment* político. Assim, ele nos faz lembrar o fantasma totalitário que assombra a democracia, ou seja, que as democracias modernas têm um lado democrático e outro não democrático, e que o controle moderno limita a vontade popular (PANIZZA, 2005).

Existem exemplos dos autores liberais que defendem de forma contundente uma ligação intrínseca entre o populismo e o autoritarismo. Para ilustrar essas afirmações, o filósofo e historiador político alemão Jan-Werner Müller afirma que o populismo “is a particular moralistic imagination of politics, a way of perceiving the political world that sets a morally pure and fully unified—but, shall argue, ultimately fictional—people against elites who are deemed corrupt or in some other way morally inferior” (MÜLLER, 2016, p. 19-20), ou seja, a maioria dos comentaristas afirma que o populismo tende a representar<sup>6</sup> um perigo para a democracia liberal ou como uma patologia, pseudo e pós-democrática (MUDDE, 2004).

A moralidade é uma característica central da análise de Müller. Conforme as suas argumentações, os populistas afirmam que somente eles é que representam o povo; outros atores políticos (elite) são imorais e corruptos. Os populistas argumentam serem os únicos e verdadeiros representantes econômico, político, social e moralmente legítimos do povo e, ademais, algumas pessoas (a elite) não são autênticas para representar os interesses deste. A partir desta análise, pode-se dizer que o objetivo desta argumentação tem uma dimensão moral relacionada à imaginação populista subjacente como únicos representantes legítimos do povo, sendo assim, os populistas deveriam estar perpetuamente no poder, pois os outros são considerados como corruptos (MÜLLER, 2016). Na sua visão,

<sup>6</sup> A representação significa tornar presente, trazendo em presença, através de um substituto, o tornar presente algo que, no entanto, está ausente, ou, mais em tom com o sentido especificamente político de ‘agir pelos outros’, representação ‘significa agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles (ARDITI, 2005, p. 80-81).

[p]opulist governance exhibits three features: attempts to hijack the state apparatus, corruption and “mass clientelism” (trading material benefits or bureaucratic favors for political support by citizens who become the populists’ “clients”), and efforts systematically to suppress civil society. Of course, many authoritarians will do similar things. The difference is that populists justify their conduct by claiming that they alone represent the people; this allows populists to avow their practices quite openly (MÜLLER, 2016, p. 4).

A partir dos argumentos expostos, percebe-se que o autor associa o populismo ao autoritarismo. Este argumento se fragiliza se considerarmos os contextos políticos nos quais alguns líderes populistas estão inseridos. Ainda que alguns líderes “populistas”, por exemplo, Donald Trump e Marine Le Pen, fossem considerados autoritários, outros como Néstor Kirchner, Evo Morales e Luiz Inácio Lula da Silva dificilmente seriam. Afirmar, a partir de alguns exemplos, o populismo como autoritarismo é, no mínimo, não olhar os outros contextos em que os líderes não são autoritários. Os teóricos políticos liberais seriam, portanto, antipopulistas. Neste sentido, “é importante percebermos as razões políticas que explicam o viés liberal negativo em relação ao populismo” (MENDONÇA; MACHADO, 2021, p.18).

Desta forma, um distanciamento de adjetivações e pré-conceitos relativos aos fenômenos populistas faz-se necessário. O entendimento do populismo requer uma “condição *sine quo non*, resgatá-lo de sua posição marginal no interior do discurso das ciências sociais” (LACLAU, 2013, p. 55). É importante desmistificar as narrativas ultrajantes que são atribuídas ao populismo. Para isso, se faz necessário primeiramente averiguar de forma clara a operação da retirada da carga negativa ou positiva e as pré-noções que a esquerda e a direita lhe atribuíram ao longo do processo histórico e político (MENDONÇA, 2019). As pré-noções, adjetivações negativas ou positivas, podem desviar as nossas análises sobre este fenômeno, o que pode “prejudicar” a compreensão do populismo e sua relação com a democracia em sua totalidade.

### **Considerações finais**

Ao longo do presente trabalho foram apresentadas diversas abordagens e perspectivas acerca do populismo. Este, apesar da ambiguidade e difusão conceitual que o envolve, é objeto central e preponderante de muitos debates no campo da ciência política, ciências sociais, filosofia política e da sociologia política, justificando assim o levantamento e discussão acerca de seus aportes teóricos.

Uma visão pejorativa do populismo é generalizada entre aqueles que o interpretam como uma ameaça à democracia liberal. Esta perspectiva associa o fenômeno populista como uma patologia a este sistema ou como uma forma de autoritarismo, que mina pilares de sustentação do sistema democrático sob a ordem neoliberal, como o pluralismo e a autonomia institucional, por exemplo. Outros autores, porém, interpretam-no como um mecanismo que pode contribuir para melhorar a democracia liberal; como um meio que pode contribuir na identificação de falhas nesta, permitindo melhorá-la. O populismo, contudo, também pode ser entendido como uma sombra da democracia em si, não de sua versão



contemporânea. Outros autores o compreendem como elemento catalisador de mudanças sistêmicas, estruturais, como um sintoma de problemas e limitações inerentes à democracia liberal representativa. Para estes, o populismo é uma mobilização à modificação da ordem dominante atual.

Um componente assíduo em todas estas perspectivas, que parece independe de seus respectivos entendimentos acerca do populismo, é a presença do discurso. Nos múltiplos debates que se dão neste campo, o discurso é tema central e pode nos ajudar a apreender este processo. A ambiguidade também se faz presente neste, onde diversas disputas políticas se dão. Os variados e complexos que se articulam fazem preponderantemente no campo discursivo, transcendendo a contemporaneidade. Muitos autores atribuem aos populistas um apelo emocional ao “povo” através de seus discursos. Em contrapartida, é apresentada a possibilidade deste apelo estar presente, de forma inerente, aos multifacetados discursos políticos. Desta forma, o discurso é fundamental na construção política e do populismo.

Apresenta-se aqui o papel de líderes e lideranças populistas. Estes podem ser entendidos como elemento essencial nas mobilizações populistas ou não, considerando os diversos contextos políticos, sociais ou econômicos deste fenômeno. O argumento central desta tese seria que a sobrevivência de partidos políticos e ideologias consideradas populistas depende de múltiplos fatores, por exemplo, a liderança, o carisma, os símbolos e entre outros. Essa liderança carismática que poderia ser inerente ao populismo poderia ser também motor de mudanças políticas autoritárias. Autores liberais recorrentemente associam o autoritarismo ao populismo como se fosse sinônimo. Este, portanto, pode ser utilizado como conceito para referir àqueles que buscam mobilizar o “povo”, de forma simplista e emocional, com objetivos autoritários de destruir o pluralismo da democracia liberal.

Visto as informações e debates apresentados, conclui-se que há necessidade de se estudar ainda mais o populismo. Para isso, faz-se necessário abandonar noções pré-definidas sobre este processo, suas adjetivações e aperfeiçoar os métodos analíticos disponíveis de modo a aprimorar as análises sobre o assunto em análise e, portanto, compreender as condições que tornaram, e tornam, possível o fenômeno populista.

### Referências bibliográficas

- ARDITI, Benjamin. “Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics”. In: PANIZZA, Francisco (org.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005.
- CANOVAN, Margaret. “Trust the people! Populism and the two faces of democracy”. *Political studies*, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999.
- CANOVAN, Margaret. “Part and whole: people, populism and democracy”. In: CANOVAN, M. *The People*. Cambridge: Polity Press, p. 65-90, 2005.

- DE CLEEN, Benjamin; STAVRAKAKIS, Yannis. Distinctions and articulations: A discourse theoretical framework for the study of populism and nationalism. *Javnost-The Public*, v. 24, n. 4, p. 301-319, 2017.
- INCISA, Ludovico. Populismo. In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino (a cura di), *Dicionário de Política*, Tea, p. 980-986, 1998.
- LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name? In: PANIZZA, Francisco (Org.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso: 2005.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. O populismo na visão inovadora de Laclau. In: LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007. Disponível em: «<https://bit.ly/3KeTtgk>» Acesso em: 2 out. 2021.
- MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Linhas Críticas*, n. 1, p. 153-169, 2009. Disponível em: «<https://bit.ly/3xAwhlA>». Acesso em: 20 jun. 2021.
- MENDONÇA, Daniel de. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. *Caderno CRH*, v. 32, n. 85, p. 185-201, 2019. Disponível em: «<https://bit.ly/3oyKwUw>». Acesso em: 20 mai. 2021.
- MENDONÇA, Daniel de. Populismo como vontade de democracia”. *Colombia Internacional*, n. 82, p. 51-70, 2014. Disponível em: «<https://bit.ly/3fCeUtd>». Acesso em: 20 mai. 2021.
- MENDONÇA, Daniel de; MACHADO, Igor Suzano. Apresentação do Dossiê: O Populismo e a Construção Política do Povo. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 10-27, 2021. Disponível em: «<https://bit.ly/3fC7TZ8>». Acesso em: 20 mai. 2021.
- MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. Verso Books, 2018.
- MUDDE, C. The Populist Zeitgeist, *Government and Opposition*, p. 542-563, 2004.
- MÜLLER, Jan-Werner. *What is Populist?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press: 2016.
- OAKESHOTT, Michael. *The politics of faith and the politics of scepticism*. Yale University Press, 1996.
- PANIZZA, Francisco. Introduction: Populism and the Mirror of Democracy. In: PANIZZA, Francisco (Org.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso: 2005.
- RAAFLAUB, Kurt A. Democracy, Oligarchy, and the Concept of the “Free Citizen” in Late Fifth-Century Athens. *Political Theory*, v. 11, n. 4, p. 517-544, 1983.
- RANCIÈRE, Jacques. *Desentendimento*, O. Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Boitempo Editorial, 2014.

TAGGART, Paul A. et al. *Populism*. Open University Press, 2000.



*Recebido em janeiro de 2022*  
*Aceito para publicação em abril de 2022*